	Tribunal de Contas da União		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS 439189932
	2ª Secretaria de Controle Externo SAFS Qd 4 Lote 1 - Anexo I Sala 305 SAFS Brasília/DF 70042-900 (61) 3316-7371 - (61) 3316-7544 - secex-2@tcu.gov.br		
NATUREZA COMUNICAÇÃO DE JULGAMENTO DE CONTAS/ DETERMINAÇÃO	OFÍCIO N.º 907/2008-TCU/SECEX-2	DATA 08/12/2008	PROCESSO N.º 017.376/2006-0
DESTINATÁRIO Ao Senhor EDUARDO PEREIRA NUNES Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MPOG			
ENDEREÇO Avenida Franklin Roosevelt, 166 - 10º andar – Centro - Castelo		CIDADE / UF Rio de Janeiro/RJ	CEP 20021-120



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Senhoria, para conhecimento e adoção das medidas previstas, cópia do Acórdão nº 4971/2008, adotado por este Tribunal em Sessão Ordinária, de 02/12/2008, Ata nº 44/2008 – 1ª Câmara, ao apreciar o processo em epígrafe, que trata de prestação de contas dessa Entidade, relativa ao exercício de 2005.

- 2. Na oportunidade, encaminho cópia da instrução da Unidade Técnica.
- 3. Solicito que seja dado conhecimento da presente deliberação aos responsáveis arrolados no mencionado Acórdão.
- 4. Informo que o não-cumprimento à deliberação do Tribunal sujeita o responsável à multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei nº 8.443/92.

Atenciosamente,


Arsenio José da Costa Dantas
Secretário


16 DEZ. 2008
As 16 horas
Rubrica 



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Excerto da Relação 128/2008 - TCU - 1ª Câmara

Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

Lazaro Alves Pereira (070.633.771-91); Leandro Amaral de Abreu (803.722.011-72); Linorio Lisboa Duarte (688.367.247-87); Lizete Taborda (553.258.589-04); Lodomiro Pedroso da Silva (080.854.711-91); Lucia Fenner (177.611.151-68); Lucia de Fatima Ribeiro Utta (079.711.763-68); Luciano Oliveira Vieira (562.643.992-72); Luis Carlos Castro Blanco Vidal (061.681.595-68); Luiz Fernando Pinto Mariano (491.550.167-15); Luiz Mauricio Gomes Esteves (104.613.808-11); Luiz Paulo Souto Fortes (746.998.817-34); Manoel Joaquim de Rubim Costa Junior (091.685.324-15); Marcelo Lessa Santos (668.881.075-15); Maria Antonia Esteves da Silva (889.332.886-00); Maria Edith Diogo Negromonte (709.056.814-87); Maria Regina de Miranda Nascimento (528.941.181-04); Maria de Lourdes Adorno Alves (371.145.907-25); Mariangela Ambrosio Pinheiro (045.012.778-82); Marina Luzia Rosa Ludegero (375.401.651-20); Mario Cesar Muniz Fonseca (591.451.457-68); Marisa Rodrigues Menegaz (418.092.117-00); Marise Maria Ferreira (763.464.637-72); Mauricio Batista (293.146.749-91); Max Athaide Fraga (652.452.707-06); Maysa Azevedo de Oliveira Dias (470.559.287-53); Nilton Luiz de Nadai (896.701.838-04); Onesio Francisco Dutra (069.291.681-49); Otávio Almeida Cunha Filgueiras (534.940.916-68); Paulo César Moraes Simões (298.353.727-72); Paulo Roberto Gomes Miranda (144.189.911-15); Paulo Sergio Braga Tafner (008.362.858-40); Paulo Sergio Gomes de Alencar (402.710.054-91); Paulo dos Santos (757.618.908-87); Pedro Edson Leal Bezerra (065.826.212-20); Pedro James de Souza Guedelha (022.334.443-53); Pedro Luis do Nascimento Silva (593.467.367-04); Plauto Gilberto de Lima (113.139.190-04); Raimundo Nonato da Silva Filho (079.189.503-30); Regina Celia Monteiro Batista (088.880.514-49); Renato Sobrinho Meneses Dantas (411.162.757-91); Ricardo Rizzo Correa Galvão (346.062.891-04); Rilza Amalia Ferreira Meireles (287.637.003-44); Rita de Cassia Bianco (008.424.368-63); Robelino Borges de Barros Ferreira Santos (058.189.235-68); Roberto Madeira Aragão (061.466.603-10); Roberval Matos Rocha (011.624.382-15); Romualdo Pereira de Rezende (694.817.687-91); Ronilson Ferreira Pinto (445.424.614-91); Rosano Maroso Gonsalves (256.292.868-70); Rose Mary Rodrigues (512.110.417-00); Ruy Barbosa de Souza (061.095.434-20); Sandra Cristina Vercosa Gomes (291.563.862-49); Sandra Furtado de Oliveira (625.927.347-91); Sandra Maria de Figueredo (195.955.221-04); Sergio da Costa Cortes (489.499.577-87); Sinval Dias dos Santos (302.944.879-72); Solange Regina Winter (312.581.400-63); Sueli Lopes (390.788.847-20); Thais Constance Gazeau Bonatto (456.539.929-68); Vanderlan Alves de Souza (148.969.150-20); Vania da Silva Caetano Rabello (713.536.077-04); Vicente de Paulo Joaquim (486.923.368-15); Victor Shoichi Guenka (108.956.801-06); Virgínia Pegado Gonçalves (335.958.607-72); Wagnon Sebastiao da Silva (574.991.016-49); Walid Nemer Damour Sobrinho (407.781.347-68); Walker Roberto Moura (033.170.051-49); Wander Frauches de Andrade (255.441.607-91); Wasmalia Socorro Barata Bivar (610.907.007-68); Zenaide Silva de Alencar (152.079.271-91); Zuleide Arcoverde de Melo (217.295.304-00); Zélia Magalhães Biachini (736.547.798-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP

1.3. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações:

1.5.1 ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/MPOG que, se ainda não o fez:

1.5.1.1 no tocante aos seus servidores contratados, especialmente agentes de pesquisa e mapeamento, não dê causa a desvio de função, alocando-os em funções não condizentes com a previsão editalícia de admissão, em obediência aos dispositivos legais que regem a matéria;

1.5.1.2. faça constar dos assentamentos funcionais de seus servidores todos os documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos para o recebimento do "abono permanência", e também dos demais dispositivos que geram obrigações, direitos e encargos financeiros para os cofres do Instituto;

1.5.1.3. abstenha-se de efetuar pagamentos de rubricas/parcelas da remuneração de seus funcionários em duplicidade e providencie o ressarcimento ao erário dos valores indevidamente percebidos pelo funcionário matr. nº 0772308, a partir do mês de novembro de 2005;

1.5.1.4. promova o levantamento e o ressarcimento ao erário dos valores indevidamente pagos a seus funcionários a título de adicional noturno;

1.5.1.5. faça o levantamento dos valores indevidamente pagos a seus funcionários aposentados, a título de adicional de tempo de serviço, remunerados a maior, em incompatibilidade com a proporcionalidade das aposentadorias, e dê curso à reposição aos cofres do IBGE;

1.5.1.6. abstenha-se de pagar valores concernentes a sentenças judiciais em montantes não atribuídos nas respectivas sentenças, e promova o levantamento dos valores indevidamente pagos à servidora matr. nº 0761833, para fins de reposição ao erário;

1.6 à Controladoria-Geral da União/RJ que informe, nas próximas contas, o cumprimento das determinações supra.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Excerto da Relação 128/2008 - TCU - 1ª Câmara
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

PROT: 03601.001239/2008-81
FOLHA: 11
RUBRICA: *RBM*

Dados da Sessão:

Ata nº 44/2008 – 1ª Câmara

Data: 2/12/2008 – Ordinária

Presidente: Ministro MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral PAULO SOARES BUGARIN

TCU, em 2 de dezembro de 2008.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS